

Sem votação de salários, recesso pode cair

A Constituição estabelece que o Congresso Nacional não poderá entrar em recesso sem a aprovação da Lei Orçamentária para o próximo ano. É o vice-líder do PT, José Genoíno (SP) garante que não haverá recesso sem a aprovação de uma nova política salarial. É a velha história que se repete. Se em junho passado os parlamentares queriam voltar aos estados para fazer campanha para as eleições de outubro, Genoíno joga, agora, com as festas de fim de ano. O Natal dos trabalhadores brasileiros, para o líder petista, tem que ter uma nova política salarial. Ainda que o presidente Collor possa, depois, apresentá-los com um veto. Novamente.

Foi assim quatro meses atrás. Os partidos de oposição bateram o pé, firmando posição: "Ou votamos o projeto de lei da Política Salarial ou ninguém faz campanha eleitoral". Chantagem ou não, como qualificou o líder do PFL, Ricardo Fiúza (PE), a verdade é que, em tempo recorde, o projeto de autoria de todos os líderes da Câmara foi aprovado nas duas Casas, com o voto, inclusive, do atual ministro da Justiça, senador Jarbas Passarinho. Dessa vez, vai contar com o apoio do líder do PDS, deputado Amaral Netto (RJ) e do PTB, Gastone Righi (SP). A vitória está garantida na Câmara. No Senado, quanto mais tempo passar e a equipe econômica do Governo não der uma solução à inflação crescente, as chances de aprovação aumentam.

Outra alternativa é o acordo. A atual proposta tem, segundo o líder do PL, deputado Afif Domingos (SP) e confirmada pelo relator, Tidei de Lima (PMDB/SP), uma gordurinha para ser negociada. Eles propõem o

gatilho para quem ganha até dez salários mínimos sempre que a inflação chegar a 15 por cento — já ultrapassou — e o parcelamento da reposição das perdas em até oito vezes. O teto pode diminuir e o número de prestações, aumentar. Tudo vai depender da ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia. Contra ela, ainda que por sua determinação, toda a indexação da economia.

O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS) está acenando com outro esforço concentrado. Só mesmo se for esforço e principalmente concentrado. O secretário-geral da Mesa da Câmara, Hélio Dutra, não acredita, mas tem esperança de esvaziar a pauta até o dia 15 de dezembro. Os trabalhos da Casa devem se encerrar no dia 17 desse mês, uma segunda-feira. Isso contando com o recesso branco da próxima semana quando não haverá Ordem do Dia. Os projetos polêmicos, na Câmara, são poucos mas não é o que se pode dizer do Congresso Nacional.

Estão pendentes o veto total ao projeto de lei da Câmara que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social depois da cochilada dos líderes que "deixaram" ser aprovado o projeto de lei de conversão à Medida Provisória que o substituiu. E que deve ser vetado. Mais um veto. Além de outros 30 projetos também vetados, total ou parcialmente, pelo presidente da República e que já se encontram na Ordem do Dia. Além, também, das Medidas Provisórias em vigor ou suas reedições. Matéria é que não falta para deliberação em menos de um mês de trabalho previsto. Que o vice-líder do PT, com o apoio dos demais partidos de oposição, pretende e pode obstruir.